

Ordem, Progresso e Civilização na Campanha Abolicionista do Rio de Janeiro

HUMBERTO FERNANDES MACHADO*

Progresso e civilização eram termos que deslumbravam as elites europeias do século passado. A idéia de progresso se difundiu na Europa entre 1750 e 1900, tornando-se símbolo de uma época e uma das principais metas dos países do mundo ocidental. Para os seus defensores a mobilidade para se atingir um “futuro melhor”, no qual predominaria a civilização, constituía-se numa questão concreta e factível para a humanidade. No entanto, essas mudanças que permitiriam à sociedade atingir esse patamar deveriam ser realizadas de uma forma ordenada, lenta, gradual, porém contínua, sem alterações abruptas. A harmonia e a melhoria das condições de vida estão intrinsecamente vinculadas à concepção de progresso. (NISBET, 1985, BOCK, in BOTTOMORE & NISBET, 1980)

Na esteira da idéia de progresso e de um “mundo melhor”, a palavra “ciência” assumiu um papel de ícone do século XIX. O deslumbramento da sociedade ocidental pelas novas descobertas científicas e a exaltação à ciência se refletiam nas Exposições Internacionais da Indústria. Nessas, os produtos recém descobertos eram apresentados como resultados do dinamismo do setor industrial, responsáveis pela melhoria do emprego e da qualidade de vida. Herbert Spencer (1820-1903), o mais radical defensor da idéia de progresso, afirmava que “o progresso não era acidente, mas uma necessidade”. (SPENCER, 1889: 8) Pode-se fazer uma analogia entre a fé no progresso e a fé no que hoje denominamos crescimento econômico. Os diversos autores que abordaram a questão acreditavam que “liberdade, progresso e comércio eram inseparáveis”. (NISBET, 1985: 181-186)

“Progresso”, “Civilização” e “Ciência”, palavras até então desconhecidas, começaram a penetrar no círculo restrito das elites intelectuais brasileiras, como também a frequentar as páginas dos jornais. Com os olhos e ouvidos voltados para a Europa, essas camadas ilustradas podiam deliciar-se no manancial das “novas” ideias,

* Professor do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do PRONEX “Dimensões da cidadania no século XIX” /CENTRO DE ESTUDOS DO OITOCENTOS (CEO).

algumas aparentemente desconectadas da realidade do país. O momento era propício para a absorção da ideia de progresso. O Império, em especial o sudeste, e mais especificamente a Corte, começava, a partir de 1870, a ingressar em um processo de crescimento das atividades urbanas e manufatureiras, incorporando novas camadas sociais.

Essas elites intelectuais estavam bastante ciosas da relevância dessas ideias ao defenderem a “modernização” e o “progresso” e dos obstáculos para o alcance dessa meta. Tratava-se da criação de uma infraestrutura que permitisse o desenvolvimento capitalista do país eliminando-se o “atraso” e os resquícios da “sociedade colonial”, como a escravidão que dificultava o ingresso do Império no rol das nações “civilizadas”. O cativo deveria ser erradicado de forma lenta, gradual e harmônica, ou seja sem rupturas traumáticas, condição básica para a implementação de reformas que possibilitariam ao Brasil ingressar na “era da modernização”.

O princípio “civilizatório” norteava as palavras do jornalista José do Patrocínio (1853-1905), considerado o mais radical dos militantes abolicionistas da Corte. Para ele, o ponto crucial fixava-se na inexistência de civilização, sinônimo dos padrões europeus de cultura. A questão não se restringia à violência isolada contra o escravo, mas porque esta prática contrastava com os exemplos externos que atestavam o triunfo do “século do progresso” como: as “revoluções na França”, a “democracia na Suíça”, e a “abolição da escravatura nos Estados Unidos” Em um artigo de fundo na *Gazeta de Notícias*, convocava os “homens sensatos” para que retirassem o Brasil da “inércia” que grassava em todos os poros da vida social, impedindo-o de galgar os mesmos degraus das “nações civilizadas” e integrar-se aos “novos tempos”. (7 de julho de 1879)

A exaltação ao século XIX era constante nos textos abolicionistas. Patrocínio valorizava a difusão das letras e das ciências e, por outro lado, destacava que no Brasil existia um número elevado de “refratários” à influência da “civilização” que caminhava a passos largos na Europa. (*Gazeta de Notícias*. 14 de maio de 1877) Em outro editorial, assinalava que o seu avanço abatia os “elementos conservadores” que estavam sendo superados pelo “impulso irresistível do progresso”; assim como os “cetros dos reis”, os “báculos episcopais” e os “brilhantes das Coroas” não conseguiam conter a “corrente da ciência”. Mais adiante, convocava o governo para resolver a “questão servil”, única forma de o país alcançar o mesmo patamar das nações “civilizadas”. (*Gazeta de*

Notícias. 9 de dezembro 1878) Paralelamente, execrava os proprietários de terras e de escravos, que insistiam na manutenção do cativo, chamando-os de “landlords” e de “barões feudais”. Sobre esse aspecto, o jornalista estabelecia comparações: enquanto na Europa eles estavam sendo aniquilados pela “força democratizadora” do século XIX, no Brasil ainda subsistiam “[...] pela ignorância do povo brasileiro e pelo apoio da plutocracia traficante de escravos [...]”. (*Gazeta da Tarde*. 2 de janeiro de 1881)

Apesar da virulência desses escritos, Patrocínio buscava sempre retirar o caráter de violência da campanha antiescravista. Ele enfatizava nos seus jornais a posição “pacífica, mas decisiva”, dos militantes que apenas agiam de acordo com os interesses do “povo e da civilização” e com os ideais de patriotismo. Por exemplo, quando ocorreram os incêndios nos canaviais de Campos, em 1887, os seus jornais descreviam-nos como decorrência da intransigência dos senhores. No entanto, colocava-se ao lado da “ordem e dos interesses gerais do país”, embora pudesse “incitar a rebeldia”.¹

Os seus editoriais, às vésperas da extinção legal do cativo, no final de 1887 e início de 1888, apresentaram como traço marcante a cautela. Conforme a sua ótica, os senhores tinham que ceder para conseguir o trabalho dos cativos, os reconhecendo como “homens e os elevando à categoria de operários da riqueza nacional”. Seria a única forma de evitar as fugas, pois os “[...] escravos já se sentiam homens, tão capazes como outros quaisquer de manter os seus direitos (...)”. (*Cidade do Rio*. 13 de dezembro de 1887. Grifo nosso) Percebe-se, portanto, que a questão principal girava em torno da desarticulação da estrutura produtiva e da “anarquia” que, hipoteticamente, poderiam ocorrer a partir de uma “libertação descontrolada”.

No ponto em que está a questão servil, o dilema é este: salvar tudo, ou perder tudo. Salvar tudo, colonizando o liberto, ou melhor, extraindo lentamente do escravizado o trabalhador livre, pela disciplina e pelo salário; ou perder tudo, deixando que pelo efeito irresistível da propaganda o escravo aprenda pela fuga o caminho da liberdade”. (*Cidade do Rio*. 25 de novembro de 1887)

Joaquim Nabuco (1849-1910), um dos signatários do Manifesto da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, organismo criado em 1880, repudiava também quaisquer meios violentos dos cativos para conseguirem sua emancipação, visto que eles não

¹ - Diversos números da *Gazeta da Tarde*, em julho, e do *Cidade do Rio*, em outubro, registraram o assunto.

“[...]irão recorrer ao crime, quando legal e pacificamente se buscam os meios de extinguir o seu cativeiro [...]”. Mais adiante, afirmava que a escravidão, “[...] não conseguiu até hoje criar o ódio de raça, e, quando o senhor é justo, o escravo compensa-lhe [...]”. A visão paternalista unia-se às condições reformistas de mudança das relações de trabalho porque, para o autor, os abolicionistas possuíam dois objetivos: a “libertação” do país e a “evolução do trabalho livre que se há de fazer sob a responsabilidade da geração atual [...]”. (*Gazeta de Notícias*, 28 de setembro de 1880)

Posteriormente, na sua obra clássica “O Abolicionismo”, Nabuco ressaltava a existência de um “mandato legado” pelos escravos aos abolicionistas para atuarem como “advogados gratuitos” na defesa das suas reivindicações e dos seus “direitos”, sendo que essa ação se vinculava a uma reforma mais ampla que eliminaria “dois tipos contrários, e no fundo os mesmos: o escravo e o senhor”. Porém, para isso ser concretizado, segundo Nabuco, tornava-se fundamental “educar, corrigir e tutelar” o escravo, “[...] sem incitar à insurreição, ou ao crime, homens sem defesa [...]”. Enfatizava também que a extinção do cativeiro deveria ser realizada através de uma “lei aprovada no Parlamento e “[...] não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades”, eliminando-se o que ele denominava os “perigos da agitação”. (1949: 17-25)

Os discursos abolicionistas, veiculados pela imprensa, tinham um aspecto pedagógico. De um lado, indicar aos senhores as consequências nefastas decorrentes da manutenção da escravidão e, ao mesmo tempo, demonstrar que o país e o mundo viviam outra realidade incompatível com o cativeiro. Por outro, tranquilizar esses mesmos senhores de que as suas ações tinham como objetivo o controle sobre a massa de escravos. Afinal, as fugas, revoltas, assassinatos de fazendeiros e feitores intensificavam-se. (MACHADO, 1993, SANTOS, 1980, LIMA, 1981) Até mesmo as vinditas pessoais transformavam-se em indícios seguros de que o sistema estava prestes a se desmoronar. A maior divulgação pelos jornais das atitudes de resistência dos cativos reforçava a atuação dos propagandistas.

Portanto, a oposição às formas violentas para acabar com a escravidão mantinha coerência com as ideias defendidas por essas “camadas ilustradas”. Logo, era natural as tentativas de cooptação dos senhores, por parte dos propagandistas, para obterem apoio aos projetos graduais que preservassem o controle do processo. Por exemplo, Patrocínio

externou a sua opinião sobre a permanência dos libertos nas fazendas quando as alforrias, com cláusulas de prestação de serviços, se intensificaram, às vésperas da extinção legal da escravidão, em abril de 1888.

Os libertos correspondendo aos sentimentos dos seus ex-senhores honraram as esperanças nacionais e os compromissos dos propagandistas da abolição. Os novos cidadãos desistiram de salários que lhes eram oferecidos desde já, declarando que trabalhariam sem remuneração alguma até o final da colheita, desmentindo desse modo os prognósticos dos terroristas e mostrando que estão perfeitamente aptos para a liberdade. (Cidade do Rio. 24 de abril de 1888. Grifo nosso)

Patrocínio escreveu, em fevereiro de 1888, um editorial, iniciado com a expressão “Os libertos fogem” como um sinal de alerta para os senhores que essa solução desordenada poderia afetar a estrutura de produção e o descontrole do processo. Mas, por sua vez, sinalizava que não era mais possível adiar infinitamente a solução da “questão servil”: “O prazo da escravidão é este -1889. Nem um dia, ainda que seja necessário fazer mais do que pensamos”. (Cidade do Rio. 16 de fevereiro de 1888) Naquele ano se comemoraria o centenário da Revolução Francesa e a França exercia um fascínio sobre boa parte da intelectualidade brasileira, especialmente Patrocínio que a considerava o “berço” da “civilização”. Nabuco, discursando no Parlamento, em 1880, já afirmara que a escravidão não poderia ultrapassar o ano de 1890: “[...] quis e quero não deixar a escravidão exceder a raia de 1890.” (DISCURSOS PARLAMENTARES, 1949: 96-97) A moderação e a preservação da ordem eram mecanismos usados para evitar “precipitações” desencadeadas pelos escravos.

Pode-se perceber como os discursos de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio apresentavam semelhanças. O “mandato legado” dos escravos e a idéia de missão, de Nabuco, estavam presentes nos textos de Patrocínio quando se referia aos cativos que, naquele momento, já podiam elevar a sua voz, em virtude da atuação dos abolicionistas que os promoveram à categoria de “homens” que podiam se rebelar. Como subestimavam os escravos!

O espaço privilegiado para divulgação dessas ideias era naturalmente a imprensa. Os jornais adquiriram um papel valioso na difusão da propaganda abolicionista, o que influenciou não somente as elites intelectuais. Eles tornaram-se verdadeiras fábricas de notícias e informações para uma sociedade que estava iniciando

um processo de mudanças. Os assuntos políticos e o abolicionismo “ganharam as ruas” e os segmentos urbanos tiveram mais facilidade para fazer suas reivindicações. (MACHADO, in Revista da SBPH, 1998: 71-76. BERGSTRESSER, 1973: 9-18) Uma mudança na cultura política em função de novos atores que repudiavam a escravidão, enfim um verdadeiro “abolicionismo popular” que se desenvolvia na Corte. Os pontos de venda eram os quiosques que ofereciam também livros, impressos, flores, doces, charutos, cigarros, café e refrescos. Nesses locais, por onde circulavam as notícias e as “últimas novidades”, era comum a leitura dos textos em voz alta. Numa sociedade marcada pelo analfabetismo, os periódicos eram mais ouvidos e vistos do que lidos. O aumento do público leitor ocorria em função de uma verdadeira “leitura de ouvido”. Esse costume facilitava a difusão das idéias abolicionistas mesmo para os analfabetos. (MACHADO, 1991: 18. GOULART, in Leitura, 1987. BARBOSA, 2000: 200)

A *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo, fundada em 1876, do qual Patrocínio foi redator, tornou-se o jornal pioneiro na campanha abolicionista do Rio de Janeiro. O *Abolicionista*, criado em 1880 pela Sociedade Brasileira contra a Escravidão, criticava a escravidão em virtude da “péssima imagem” que o Brasil tinha no exterior por causa da sua manutenção. A *Revista Ilustrada*, do imigrante italiano Angelo Agostini, satirizava, através de charges, o trabalho escravo e seus defensores. Os jornais de José do Patrocínio, a *Gazeta da Tarde*, durante toda a década de 1880, e o *Cidade do Rio*, a partir do final de 1887, tiveram um papel destacado na luta contra o cativo da capital do Império. Na redação da *Gazeta da Tarde*, na Rua Uruguaiana, no centro da cidade, organizou-se, em 1883, a Confederação Abolicionista, associação que patrocinou inúmeros eventos contra a escravidão no Rio de Janeiro. (MACHADO, 1991)

A extinção legal do “cancro roedor” do Império foi realizada através de um processo liderado pelos abolicionistas que destacavam a ausência de rupturas traumáticas e dentro da “ordem”. Não interessava ressaltar, naquele momento de “euforia” para aquela intelectualidade, que os escravos lutaram, elevando os seus “brados”, apesar do chicote sobre as suas costas. Através desse ponto de vista, percebe-se como os jornais enfatizavam a forma “pacífica” de eliminação do cativo. O *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio, por ocasião das festividades pela abolição, assinalava

como a “nação” agiu de uma forma irmanada para eliminar a “mancha” que a impedia de alcançar o patamar dos “países civilizados”. (*Cidade do Rio*. 30 de abril de 1888)

A *Gazeta da Tarde* registrou o “júbilo popular” do dia 13 de maio, data da extinção oficial da escravidão no Brasil, vinculou a euforia com as aspirações do conjunto da sociedade que aguardava ansiosa uma solução para a “questão servil”. Reforçou o tom de que a abolição foi realizada “[...] sem violência de espécie alguma e sem derramar-se uma só gota de sangue”, omitindo a resistência dos escravos mas, por outro lado, ressaltou que o término da escravidão faria o país sair de uma posição de inferioridade perante as demais nações e a “civilização”. Conforme o jornal, a “sabedoria” do “governo, do Parlamento e do Chefe do Estado” foram vitais para o processo porque agiram como “[...] executores do sentimento nacional, acabando com todas essas denominações e hoje todos os brasileiros, dando as costas ao passado e com os olhos fitos no futuro, darão um viva à pátria livre e à nobilitação do trabalho e terão todos em vistas o mesmo objetivo: a grandeza desta pátria em que só haverá homens livres”. Enfim, de acordo com o periódico, a escravidão estava em “[...] oposição direta com todos os grandes movimentos, com todos os princípios, com todas as reformas do nosso século.” (*Gazeta da Tarde*. 13 de maio de 1888. Grifos nossos)

As manifestações de júbilo ocorreram em vários locais do país, mas foi no Rio de Janeiro que elas apresentaram uma característica especial na medida em que as festividades decorreram de uma grande mobilização popular, com o apoio da imprensa. Os jornais patrocinaram festividades, como missas que reuniram, além da família imperial e do gabinete, uma multidão que se aglomerou no Paço Imperial e arredores, comemorando a assinatura da lei pela Princesa Isabel. Procissões, regatas na enseada de Botafogo, corridas de cavalo, teatros franqueados ao público, fizeram parte das celebrações. As ruas da cidade foram ornamentadas com bandeiras e flores. Nas sacadas dos sobrados, os panos coloridos retrataram a alegria da população. (NEVES & MACHADO, 1999: 385) A mobilização dos setores urbanos, com o apoio da imprensa, contribuiu para a derrocada de uma estrutura secular que impedia o país de galgar os degraus do progresso e da civilização.

Mas, “acabar com a escravidão, não basta; é preciso destruir a obra da escravidão”, conforme enfatizava Nabuco ao defender a necessidade de reformas mais profundas que eliminassem o seu “legado”. Para que esse objetivo fosse alcançado, os

abolicionistas defenderam dois pontos essenciais que poderiam mudar o perfil da sociedade brasileira, reduzindo a desigualdade e exclusão social: a distribuição de terras para os ex-escravos e a ampliação da educação básica.

Nabuco, ainda em 1884, defendia a aplicação de uma lei agrária que permitisse ao Estado se apropriar de áreas não-produtivas, visto que a propriedade tinha, além de direitos, deveres, embora não mencione desapropriação de terras. As dificuldades do produtor livre nacional fixar-se no solo ou mesmo do liberto, carentes de oportunidades, serviam de sustentáculos para a defesa de uma mudança na sociedade brasileira. No seu modo de ver “as reformas sociais” deveriam prevalecer sobre as políticas. Destacava também que a extinção da escravidão deveria ocorrer com a “democratização do solo”(Conferência no Teatro Santa Isabel. Recife, 30 de novembro de 1884, in *Conferências e Discursos Abolicionistas*, 1949: 337/378)

A *Gazeta da Tarde*, de José do Patrocínio, já exigia, em 1881, a necessidade do estabelecimento de mudanças substanciais para garantir a sobrevivência dos ex-escravos, após a abolição. Segundo o jornal, tornava-se urgente dividir os latifúndios improdutivos, com o objetivo de “vender pequenos lotes de terra para libertos e imigrantes”. (2 de janeiro de 1881) Logo após a abolição, José do Patrocínio cobrou também do governo a “divisão da terra”, pois essa medida se tornou, em função da “vingança” dos fazendeiros, uma necessidade imperiosa: “[...] é mister empregar os libertos para que não apodreçam nos campos, como bestas.” (*Cidade do Rio*. 26 de maio de 1888) Ou seja, a distribuição de terras poderia ensejar o estabelecimento de uma verdadeira “Democracia Rural”, proposta defendida por André Rebouças (1838-1898). (PESSANHA, 2005)

Patrocínio destacava que a outra forma para retirar o ex-escravo da ignorância, dando-lhe condições do exercício da cidadania seria através da educação básica, sob a responsabilidade do Estado: “[...] a instrução pública, esta sólida argamassa com que os povos livres fundamentam a suas instituições, completamente abandonada pelos órgãos oficiais porque não querem a eliminação da apatia e do atraso.” Além de defender a educação como forma de alcançar o “progresso”, também a vinculava com a manutenção da “ordem”, preocupado com os conflitos entre senhores e escravos. (*Gazeta da Tarde*. 22 de julho de 1887) Para ele, a educação permitiria a retirada do

país do atraso secular e, ao mesmo tempo, daria as condições básicas para que o ex-escravo não fosse simplesmente alvo da exploração dos antigos senhores.

Percebe-se, pois, que essas propostas visavam, acima de tudo, a situar o país no rol das nações “civilizadas”. No entanto, nem o mais tênue sopro atingiu os libertos, após a extinção legal da escravidão. É só observarmos a situação atual do negro e a preservação de toda uma estrutura hierárquica e excludente que caracteriza as relações sociais no Brasil, apesar das reformas defendidas por esses intelectuais. Assim, a análise dos vários discursos abolicionistas nos permite também avaliar as dificuldades políticas para a implementação de mudanças mais profundas que pudessem mudar, substancialmente, a vida dos libertos. A marginalização dos ex-escravos refletiu o próprio processo de condução da luta contra a escravidão. Após a extinção legal do cativo, o descompromisso com a efetivação de reformas caracterizou os noticiários dos jornais, enquanto enfatizava-se o “congraçamento” entre irmãos; afinal a abolição foi realizada com pétalas de flores. Os espinhos foram retirados durante a campanha abolicionista. Essa condução decorreu também da atuação dos abolicionistas orientada por uma perspectiva paternalista e reformista. Afinal, o objetivo principal foi alcançado, isto é, o ingresso do Brasil no patamar das “nações civilizadas”. No entanto, as palavras, discursos e comemorações não alicerçaram a concretização das mudanças almejadas, mantendo-se apenas a retórica, sendo que os ideais de igualdade e liberdade não foram aplicados à grande massa de libertos. As ambiguidades e contradições do movimento abolicionista dificultaram o encaminhamento desses projetos que daria condições para o estabelecimento de uma cidadania plena aos descendentes de escravos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Marialva. *Donos do rio. Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vícios de Leitura, 2000.

BERGSTRESSER, Rebecca B.. *The Movement for the Abolition of Slavery in Rio de Janeiro. 1880-1889*. Tese de Doutorado, Stanford: Stanford University, 1973.

BOCK, Kenneth. “Teorias do Progresso, Desenvolvimento e Evolução”, in BOTTOMORE, T. B. & NISBET, Robert (orgs.). *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GOULART, Paulo Cezar Alves. “A venda de jornais no século XIX”, in *Leitura*, 5(57), São Paulo, fevereiro/1987.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia Negra e Abolicionismo*, Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e Brados. A Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro (1880-1888)*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1991.

-----*Escravos, Senhores e Café. A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense. 1860-1888*, Niterói: Cromos, 1993.

-----“O Abolicionismo ‘ganha as ruas’ no Rio de Janeiro, in *Revista da SBPH*, Curitiba: SBPH, 1998.

NABUCO, Joaquim. *Discursos Parlamentares (1879-1889)*. São Paulo: Progresso Editorial, 1949.

-----*O Abolicionismo. Conferências e Discursos Abolicionistas*, (1883-1884-1885). São Paulo: Progresso Editorial, 1949.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NISBET, Robert. *História da Idéia de Progresso*. Brasília: Ed. da UNB, 1985. PESSANHA, Andréa Santos. *Da Abolição da Escravatura à Abolição da Miséria a vida e as idéias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet/UNIABEU, 2005. SANTOS, Ronaldo Marcos. *Resistência e Superação do Escravismo na Província de São Paulo (1885-1888)*, São Paulo: IPE/USP, 1980.

SPENCER, Herbert. *Lei e Causa do Progresso. A Utilidade do Antropomorfismo*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1889.